

PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO
GRUPO TEMÁTICO IV

QUESTÃO 1 – Valor: 4 pontos (máximo de 40 linhas).

Disserte sobre o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e sobre o Acordo de Não Persecução Cível (ANPC). Considere os dispositivos normativos, a natureza jurídica, os objetivos, os requisitos, as aplicabilidades, as formalidades para celebração, as penalidades e os mecanismos de acompanhamento do cumprimento de cada qual. Por fim, analise ambos com o foco na efetivação do princípio da publicidade.

QUESTÃO 2 – Valor: 2 pontos (máximo de 15 linhas).

Analise a imputação de prática de improbidade administrativa culposa, em processos em andamento ou transitados em julgado, dentro do atual cenário normativo e jurisprudencial.

QUESTÃO 3 – Valor: 2 pontos (máximo de 20 linhas).

A empresa de mineração “Minas Feliz” obteve em janeiro de 2021 licença ambiental prévia de alteamento a jusante de barragem de rejeitos, que já era operada desde 2005. Com o referido alteamento, a zona de autossalvamento passaria a alcançar a comunidade “Esperança”, composta por aproximadamente 50 núcleos familiares, que existe desde 1947.

A licença ambiental prévia para o referido alteamento foi concedida mediante a imposição de condicionante que exigia a implantação de plano de reassentamento justo e humanizado, com contratação de assessoria técnica independente (ATI) para apoiar a comunidade impactada.

Em 2023, a empresa apresentou ao órgão licenciador um relatório para comprovar o cumprimento da referida condicionante, informando que obteve remoção voluntária de 90% das famílias. Com base no relatório, o órgão ambiental estadual concedeu, em outubro de 2024, a licença ambiental de instalação para o alteamento da barragem.

Os núcleos familiares remanescentes procuraram a Promotoria de Justiça, invocando o direito a permanecer em seu local. A empresa “Minas Feliz” também procurou o Ministério Público e requereu apoio na remoção compulsória dessas famílias, com o fundamento de que a não instalação imediata do alteamento resultaria na paralisação das atividades da mina, com a demissão de centenas de empregados.

O promotor de Justiça responsável instaurou inquérito civil para apuração dos fatos e, após todas as diligências e a elaboração de relatório técnico, ficou comprovado que, no caso de instalação do referido alteamento, as famílias remanescentes se encontrarão na

zona de autossalvamento e sem tempo suficiente para fuga em caso de rompimento da barragem.

Como promotor(a) de Justiça, exponha fundamentadamente as soluções jurídicas viáveis e adequadas para o caso, apontando os instrumentos extrajudiciais e judiciais pertinentes.

QUESTÃO 4 – Valor: 2 pontos.

Determinada clínica da Capital mineira é referência na prestação de serviços especializados no tratamento multidisciplinar para pessoa com transtorno do espectro autista (TEA). Em função de constantes atrasos no repasse de pagamentos pelo Plano de Saúde X, a referida clínica suspendeu os atendimentos afeitos a esse plano.

João da Silva, adolescente portador de TEA, faz, semanalmente, seu tratamento de psicomotricidade e musicoterapia na referida clínica, por meio daquele plano. Ao chegar no seu horário de atendimento, João é surpreendido com a informação de que não pode fazer sua sessão devido à suspensão dos atendimentos, e que, além disso, outras clínicas com atividades semelhantes assim também procederam, em razão dos atrasos no repasse pela mesma operadora de plano de saúde.

1. Qual a natureza jurídica do portador de TEA perante a operadora do plano de saúde? (máximo de 5 linhas)
2. Diante da casuística apresentada, classifique a espécie do interesse atingido na relação, bem como aponte o órgão de execução ministerial com atribuição para adoção de eventuais medidas.(máximo de 15 linhas)